



6° SIMULADO INÉDITO PARA
**XXXII EXAME
DE ORDEM**

TIPO GERAL



Estratégia
OAB

PROVA OBJETIVA

Informações gerais

- Essa prova é focada na 1ª fase do XXXII Exame de Ordem da OAB;
- As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca do exame, a FGV;
- 5 horas é o tempo disponível para a realização da prova, tente realizar este simulado respeitando este limite de tempo conforme ocorrerá no dia de seu exame.
- Esse simulado não é uma das rodadas de correção de peças e questões individualizadas, que serão disponibilizadas futuramente somente aos alunos que efetuaram a compra do nosso curso.
- Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir da correção ao vivo no canal do YouTube do Estratégia OAB, que começa às 14h.

Preencha o gabarito: <http://bit.ly/Simulado-XXXII-Exame-de-Ordem-20-02-21>



Esse caderno de prova é disponibilizado de maneira gratuita, para que os candidatos à 1ª Fase do XXXII Exame possam praticar. Por isso, é importante para nós, que você dê o máximo de publicidade a esse simulado. Envie para os seus amigos, mande em listas de e-mails, *WhatsApp*, etc. Assim, mais gente tem acesso a ele! => O objetivo é difundir esse simulado ao máximo!

O fato de o simulado ser gratuito não significa que ele não seja protegido pela Lei de Direitos Autorais. A cópia ou distribuição não autorizada, sujeita o infrator às sanções previstas nos arts. 101 e ss. da Lei 9.610/1998.

CÓDIGO DE ÉTICA E ESTATUTO DA OAB

Priscila Ferreira

Questão 1

Os advogados Jeca, Pedro e Zé desejam candidatar-se ao cargo de conselheiro de um determinado Conselho Seccional da OAB. Diversas chapas estão concorrendo às eleições, e visando fortalecer a campanha, a Sociedade de Advogados “X”, a qual Jeca é sócio, pretende fazer uma grande doação para a campanha do advogado. Considerando as regras contidas no Regulamento Geral da OAB sobre doações, assinale a alternativa correta.

- a) Desde o pedido de registro da chapa, poderá ser efetuada doação para a campanha por advogados, inclusive candidatos, sendo vedada apenas a doação por pessoas físicas que não sejam advogados, sob pena de indeferimento de registro.
- b) Autoriza-se a doação para a campanha por pessoas físicas, sendo vedada para empresa ou pessoa jurídica, sob pena de indeferimento de registro ou cassação do mandato.
- c) Autoriza-se a doação para a campanha por advogados, inclusive candidatos, sendo vedada apenas por empresa ou pessoa jurídica, sob pena de cassação do mandato.
- d) Autoriza-se a doação para a campanha por advogados, inclusive candidatos, sendo vedada a doação por pessoas físicas que não sejam advogados e por qualquer empresa ou pessoa jurídica, sob pena de indeferimento de registro ou cassação do mandato.

Questão 2

No Conselho Seccional de São Paulo ocorreram eleições, mas observou-se muitas abstenções dos advogados inscritos naquela seccional. Diante do exposto, assinale a alternativa correta.

- a) O voto é obrigatório para todos os advogados inscritos da OAB, sob pena de multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor da anuidade, salvo ausência justificada por escrito, a ser apreciada pela Diretoria do Conselho Federal.
- b) O voto é obrigatório para todos os advogados inscritos da OAB, sob pena de multa equivalente a 40% (quarenta por cento) do valor da anuidade, salvo ausência justificada por escrito, a ser apreciada pela Diretoria do Conselho Federal.
- c) O voto é obrigatório para todos os advogados inscritos da OAB, sob pena de multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor da anuidade, salvo ausência justificada por escrito, a ser apreciada pela Diretoria do Conselho Seccional.
- d) O voto não é obrigatório para todos os advogados inscritos da OAB, salvo quando exercer opção de voto, comunicando ao Conselho.

Questão 3

A atividade de advocacia e aos direitos do advogado são envoltos por diversos pormenores de conhecimento obrigatório por qualquer advogado. Neste sentido, o Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil estabelece que

- a) é permitida a divulgação de advocacia em conjunto com outra atividade civil ou comercial.
- b) não há hierarquia entre advogados e magistrados, mas, durante as audiências, o advogado está subordinado ao magistrado que a preside.
- c) o advogado não pode, sem procuração, comunicar-se pessoal e reservadamente com o seu cliente que estiver preso, detido ou recolhido em estabelecimento civil ou militar e for considerado incomunicável.
- d) o advogado pode retirar autos de processos findos, mesmo sem procuração, pelo prazo de 10 dias.

Questão 4

Jeremias, estudante de moda, celebrou contrato de prestação de serviços advocatícios com a sociedade de advogados Cerqueira e Mitto, composta por dois recém advogados, com o objetivo de que ambos o representem judicialmente em uma ação indenizatória movida em face de Alok.

No que tange a procuração judicial referente à prestação desse serviço, assinale a alternativa correta.

- a) A procuração deve ser outorgada aos advogados, com a indicação de que eles fazem parte da referida sociedade.
- b) A procuração deve ser outorgada à sociedade, com a expressa enumeração e qualificação dos advogados que a compõem.
- c) A procuração deve ser outorgada à sociedade, sendo dispensável a indicação expressa dos advogados que a integram, pois o contrato de prestação de serviços foi celebrado com a pessoa jurídica.
- d) A procuração pode ser outorgada tanto à sociedade quanto individualmente aos advogados.

Questão 5

O advogado Paulo foi notificado pelo não pagamento de diversas anuidades fixadas pelo Conselho Seccional. Nesta hipótese, visando evitar a sua suspensão, o advogado deve quitar o seu débito relativo às anuidades, no prazo de

- a) 5 dias, a contar da notificação.
- b) 10 dias, a contar do vencimento da última anuidade.
- c) 3 dias, a contar da ciência.
- d) 15 dias, a contar da notificação.

Questão 6

No que se refere ao sigilo profissional e às relações com o cliente previstos no Código de Ética e Disciplina da OAB, assinale a opção correta.

- a) O sigilo profissional é de ordem pública, e dependendo de solicitação de reserva que lhe seja feita pelo cliente.
- b) O advogado, quando no exercício das funções de árbitro, não se submete às regras de sigilo profissional.
- c) O advogado tem a opção de guardar sigilo dos fatos de que tome conhecimento no exercício da profissão.
- d) O sigilo profissional poderá ser relativizado em circunstâncias excepcionais que configurem justa causa.

Questão 7

O estagiário João se inscreveu na Conferência Nacional da Advocacia Brasileira e, por se considerar como membro efetivo, pretende votar nos temas que estão em pauta. Diante do exposto, assinale a alternativa correta.

- a) São membros efetivos das Conferências: os Conselheiros e Presidentes dos órgãos da OAB presentes, os advogados e estagiários inscritos na Conferência, todos com direito a voto.
- b) São membros efetivos das Conferências: os Conselheiros e Presidentes dos órgãos da OAB presentes, os advogados e estagiários inscritos na Conferência, estes apenas com direito a voz.
- c) São membros efetivos das Conferências: os Conselheiros e Presidentes dos órgãos da OAB presentes, estudantes de direito, os advogados e estagiários inscritos na Conferência, estes apenas com direito a voz.
- d) São membros efetivos das Conferências: os Conselheiros e Presidentes dos órgãos da OAB presentes, os advogados e estagiários inscritos na OAB, todos com direito a voto.

Questão 8

Dr. Roberval foi ofendido durante o exercício profissional, de forma que o Conselho Seccional de São Paulo procede ao desagravo público, de ofício. Diante das peculiaridades do instituto, assinale a alternativa correta.

- a) O desagravo não poderia ser instaurado de ofício, mas tão somente a pedido do ofendido ou de qualquer pessoa.
- b) Dr. Roberval tem direito ao desagravo público a ser promovido pelo Conselho Federal, de ofício, a seu pedido ou de qualquer pessoa.
- c) Dr. Roberval tem direito ao desagravo público a ser promovido pelo Conselho competente, de ofício, a seu pedido ou de qualquer pessoa.
- d) O desagravo poderia ser instaurado de ofício, ou apenas a pedido do ofendido.

FILOSOFIA DO DIREITO

Jean Vilbert

Questão 9

Quanto ao processo de colmatação, marque a opção CORRETA:

- a) A doutrina é unânime em aceitar a existência de lacunas no ordenamento jurídico.
- b) O termo heterointegração refere-se à colmatação feita com base em elementos externos ao direito positivo.
- c) Lacuna axiológica é aquela na qual há dissociação entre a previsão normativa e a realidade social.
- d) Há lacuna ontológica quando ocorre a ausência de norma jurídica justa à solução do caso concreto.

Questão 10

No que se refere aos conflitos aparentes de normas e aos métodos para sua resolução, é CORRETO afirmar:

- a) O critério de especialidade se sobrepõe em relação aos demais.
- b) O conflito pode ser total ou parcial. No primeiro caso, a solução leva à ab-rogação; no segundo à derrogação.
- c) Quando se instaura um conflito entre os meios de solução de conflito, temos uma antinomia de primeiro grau.
- d) Havendo conflito entre normas do mesmo nível, gerais e contemporâneas, a escolha da lei aplicável passa a ser discricionária.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Diego Cerqueira

Questão 11

José, deputado federal, propôs projeto de lei de grande interesse de Marcos, o Chefe do Poder Executivo Federal. Aproveitando o momento de grandes manifestações populares no país para apresentar o projeto, a bancada do governo pediu a Marcos que utilizasse suas prerrogativas para solicitar urgência para a apreciação da matéria pelo Congresso Nacional. Diante da solicitação, o Presidente alegou que não poderia solicitar a urgência, visto que apenas pode solicitar em casos de relevante dissenso sobre a matéria do projeto de lei. Após as deliberações, o projeto foi rejeitado. Inconformado, José consulta a sua assessoria jurídica para saber se pode existir uma reavaliação do projeto, ainda na mesma sessão legislativa. Diante da situação apresentada, e com base nas disposições da CRFB/88, assinale a alternativa a correta:

- a) Em hipótese alguma há possibilidade do Presidente da República requerer regime de urgência constitucional. A assessoria jurídica deve informar que é possível a apreciação na mesma sessão legislativa de projeto de lei rejeitado, desde que proposta pela maioria simples dos membros de qualquer uma das Casas do Congresso Nacional.
- b) Há necessidade de dissenso sobre a matéria do projeto de lei para o Presidente da República requerer regime de urgência constitucional. Pode ser requerido o regime de urgência constitucional em projetos de lei de sua própria iniciativa. A assessoria jurídica deve informar que é possível a apreciação na mesma sessão legislativa de projeto de lei rejeitado, desde que proposta pela maioria absoluta dos membros de qualquer uma das Casas do Congresso Nacional.
- c) Em hipótese alguma há possibilidade do Presidente da República requerer regime de urgência constitucional. A assessoria jurídica deve informar que é possível a apreciação na mesma sessão legislativa de projeto de lei rejeitado, desde que proposta pela maioria absoluta dos membros de qualquer uma das Casas do Congresso Nacional.
- d) Não há necessidade de dissenso sobre a matéria do projeto de lei para o Presidente da República requerer regime de urgência constitucional. Pode ser requerido o regime de urgência constitucional em projetos de lei de sua própria iniciativa, de acordo com a Constituição Federal. A assessoria jurídica deve informar que é possível a apreciação na mesma sessão legislativa de projeto de lei rejeitado, desde que proposta pela maioria absoluta dos membros de qualquer uma das Casas do Congresso Nacional.

Questão 12

Determinado projeto de lei, que versava sobre educação, foi levado à apreciação do Presidente da República. No entanto, o Presidente resolveu vetar o PL sob o argumento de que nenhum projeto pode ser aprovado sem a respectiva votação em Plenário de cada uma das casas legislativas. Diante do relato acima, e de acordo com o texto constitucional, assinale a alternativa correta:

- a) Não tem razão o Presidente da república, já que há matérias que dispensam a reserva de plenário, de acordo com lei ordinária. Mas, a apreciação no âmbito do Plenário será obrigatória se houver recurso de maioria simples dos membros da Casa.
- b) Não tem razão o Presidente da república, já que há matérias que dispensam a reserva de plenário, de acordo com o Regimento Interno da Casa Legislativa. Mas, a apreciação no âmbito do Plenário será obrigatória se houver recurso de 1/10 dos membros da Casa.
- c) Não tem razão o Presidente da república, já que há matérias que dispensam a reserva de plenário, de acordo com a Constituição Federal. Mas, a apreciação no âmbito do Plenário será obrigatória se houver recurso da maioria absoluta dos membros da Casa.
- d) Tem razão o Presidente da república, já que não há matérias que dispensam a reserva de plenário.

Questão 13

Dona Maria soube que a indígena Alira que morava numa reserva próxima a sua fazenda inventou uma fofoca que afetou sua integridade moral. Diante de tal circunstância, Maria dirigiu-se à reserva indígena e desferiu diversas facadas contra a índia com a intenção de matar. Ocorre que Alira sobreviveu. O processo contra Maria começou a tramitar na Justiça Federal. O juiz federal entendeu ser incompetente para julgar esse caso e encaminhou os autos ao juiz de direito e este também entendeu ser incompetente. Diante do caso narrado, assinale a alternativa correta.

- a) Por se tratar de evidente conflito negativo de competência entre órgãos vinculados a tribunais diversos, a competência será do TJ.
- b) Por se tratar de evidente conflito negativo de competência entre órgãos vinculados a tribunais diversos, a competência será do TRF.
- c) Por se tratar de evidente conflito negativo de competência entre órgãos vinculados a tribunais diversos, a competência será do STJ.
- d) por se tratar de evidente conflito negativo de competência entre órgãos vinculados a tribunais diversos, a competência será do STF.

Questão 14

Cristiano, advogado com longos anos de carreira, resolve concorrer a vaga de magistrado surgida no Tribunal de Justiça de seu Estado, tendo apresentado o seu currículo para a Ordem dos Advogados do Brasil, que o incluiu na lista de advogados. Mesma situação ocorreu com a lista escolhida pelo Tribunal de Justiça. À luz das normas constitucionais, assinale a alternativa correta com relação às vagas aos advogados nos Tribunais de Justiça.

- a) A Constituição não reserva vaga aos advogados para o ingresso na carreira da magistratura, apenas sendo possível através de concurso público de provas.
- b) A Constituição reservou aos advogados o ingresso na carreira da magistratura através do denominado “Terço Constitucional”. Na prática, um terço das vagas dos tribunais são destinadas aos membros do Ministério Público e da Advocacia, com notório saber, reputação ilibada, com mais de dez anos de atividade profissional.
- c) A Constituição não reserva vaga aos advogados para o ingresso na carreira da magistratura, apenas sendo possível através de concurso público de provas e títulos.
- d) A Constituição reservou aos advogados o ingresso na carreira da magistratura através do denominado “Quinto Constitucional”. Na prática, um quinto das vagas dos tribunais são destinadas aos membros do Ministério Público e da Advocacia, com notório saber, reputação ilibada, com mais de dez anos de atividade profissional.

Questão 15

Diante dos problemas de calçamento de ruas localizadas no território do Estado X, a Assembleia Legislativa promulgou a Emenda Constitucional no XX/2020, vinculando 30% da receita arrecadada com o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) às obras para calçamento. Além disso, estatuiu, como programa, as estradas a serem reformadas e aquelas que deveriam ser construídas nos próximos 20 anos, bem como o percentual dos recursos a ser direcionado a cada uma delas. Diante da situação apresentada e da previsão da CRFB/88, podemos afirmar que:

- a) A programação financeira deve ser estabelecida na lei orçamentária anual, não pode ser estabelecida em Emenda Constitucional.
- b) A programação financeira estabelecida pela Emenda Constitucional nº XX/2020 está em harmonia com a Constituição da República.
- c) A programação financeira deve ser estabelecida em lei complementar, não pode ser estabelecida em Emenda Constitucional.
- d) A programação financeira deve ser estabelecida na Constituição do Estado.

Questão 16

Infelizes com o atual prefeito do Município Alfa, manifestantes iniciam uma depredação a diversos comércios na região, situação que foge do controle das forças de segurança. Diante da situação de instabilidade, o Presidente da República, por Decreto, institui o estado de defesa no Município por prazo indeterminado, até que seja restaurada a ordem pública e a paz social. Com base na situação apresentada, podemos afirmar que o assessoramento do Presidente da República:

- a) O instruiu corretamente, o estado de defesa pode ser instituído por prazo indeterminado, até que seja restaurada a ordem pública e a paz social.
- b) Não o instruiu corretamente, o estado de defesa não terá duração superior a 30 dias, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período. Após o prazo inicial de 30 dias e prorrogação por mais 30 dias, as medidas tomadas no decorrer do estado de defesa não foram eficazes, logo, é cabível o estado de sítio.
- c) Não o instruiu corretamente, o estado de defesa não terá duração superior a 15 dias, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período. Após o prazo inicial de 15 dias e prorrogação por mais 15 dias, as medidas tomadas no decorrer do estado de defesa não foram eficazes, logo, é cabível o estado de sítio.
- d) Não o instruiu corretamente, o estado de defesa não terá duração superior a 10 dias, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período. Após o prazo inicial de 10 dias e prorrogação por mais 10 dias, as medidas tomadas no decorrer do estado de defesa não foram eficazes, logo, é cabível o estado de sítio.

Questão 17

Diante de uma instabilidade social, o Presidente da República, por Decreto, institui o estado de defesa no Município. No decreto são fixadas restrições aos direitos de reunião e ao sigilo de correspondência e comunicação telefônica. Nesse sentido, conforme a CRFB/88, é possível afirmar que as restrições impostas do decreto:

- a) tem previsão constitucional, sendo possível o estabelecimento de restrições aos direitos de reunião, sigilo de correspondência e comunicação telefônica.
- b) tem previsão constitucional apenas com relação ao sigilo de correspondência e comunicação telefônica.
- c) tem previsão constitucional apenas com relação à comunicação telefônica.
- d) não tem previsão constitucional.

DIREITOS HUMANOS

Ricardo Torques

Questão 18

Em dezembro de 2020, a mídia nacional repercutiu o caso de uma mulher, já adulta, que era mantida em condições análogas à escravidão. Segundo a reportagem, a diarista não tinha registro em sua carteira de trabalho, não recebia salário mínimo, nem gozava de descanso semanal remunerado. Embora a escravidão tenha sido abolida em maio de 1888, a realidade descrita atinge muitas outras pessoas em nosso país.

Sobre a escravidão e a servidão, assinale a alternativa correta com base nas Convenções da ONU:

- a) De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), nenhuma pessoa poderá ser mantida em escravidão ou servidão, salvo quando decorrentes de guerra.
- b) A DUDH estabelece que todo ser humano tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego e a condições justas e favoráveis de trabalho. No entanto, em razão da predominância dos direitos resguardados, não possui disposições acerca das horas de trabalho e do gozo de férias remuneradas.
- c) Segundo o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (PIDCP) ninguém poderá ser obrigado a executar trabalhos forçados ou obrigatórios. No entanto, tal disposição não poderá ser interpretada no sentido de proibir, em certos países, o cumprimento de uma pena de trabalhos forçados, imposta por um tribunal competente.
- d) O PIDCP considera como trabalhos forçados ou obrigatórios aqueles exigidos em casos de emergência ou calamidade que ameacem o bem-estar da comunidade, assim como aqueles que façam parte das obrigações cívicas normais.

Questão 19

Em fevereiro de 2005 ocorreu um crime que chocou o Brasil: o homicídio da missionária norte-americana Dorothy Stang. A religiosa foi morta com seis tiros, numa emboscada, em área do PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável) no assentamento Esperança (Anapu - Pará). Pouco antes do crime, a Constituição Federal, com a Emenda Constitucional nº 45/2004, passara a prever o Incidente de Deslocamento de Competência (IDC), também conhecido como federalização dos crimes contra os direitos humanos.

Assinale a alternativa que apresenta corretamente as exigências constitucionais para que haja o deslocamento:

- a) Em caso de grave violação de direitos humanos, o Procurador-Geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça, obrigatoriamente antes da fase instrutória da ação penal, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.
- b) Havendo grave violação dos direitos humanos, qualquer procurador federal, buscando assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante a vara federal territorialmente competente, em qualquer fase do inquérito ou do processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.
- c) Em caso de crimes graves, o Procurador-Geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais dos quais o Brasil seja signatário, poderá suscitar, perante o Supremo Tribunal Federal, em qualquer fase do inquérito policial ou do processo, o deslocamento da competência para a Justiça Federal.
- d) Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador-Geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.

DIREITO INTERNACIONAL

Vanessa Arns

Questão 20

A Convenção de Montego Bay conceitua alto mar como sendo as partes do mar não incluídas na zona econômica exclusiva, no mar territorial ou nas águas interiores de um Estado. Assinale, abaixo, a afirmativa incorreta sobre as liberdades em alto mar.

- a) Liberdade de navegação;
- b) Liberdade de sobrevoo.
- c) Liberdade de colocar cabos e ductos submarinos.
- d) Liberdade de guerra.

Questão 21

Fazem parte da Estrutura Institucional do Mercosul, exceto:

- a) Conselho de Segurança (CS).
- b) Conselho do Mercado Comum (CMC).
- c) Grupo Mercado Comum (GMC).
- d) Comissão Parlamentar Conjunta. (CPC)

DIREITO TRIBUTÁRIO

Rodrigo Martins

Questão 22

João da Silva teve a sua morte presumida declarada por meio de sentença já transitada em julgado, devidamente averbada junto ao Registro Público, nos termos da lei civil. Em seguida, quando da realização do inventário, os seus sucessores foram surpreendidos com a cobrança do ITCMD - Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação, calculado por meio da aplicação de alíquotas progressivas, previstas na lei estadual disciplinadora do imposto. Sobre a hipótese, é correto afirmar que:

- a) É ilegítima a incidência do ITCMD no inventário por morte presumida e é inconstitucional a lei que estabelece alíquotas progressivas para esse imposto.
- b) É legítima a incidência do ITCMD no inventário por morte presumida e é constitucional a lei que estabelece alíquotas progressivas para esse imposto.
- c) É ilegítima a incidência do ITCMD no inventário por morte presumida e é constitucional a lei que estabelece alíquotas progressivas para esse imposto.
- d) É legítima a incidência do ITCMD no inventário por morte presumida e é inconstitucional a lei que estabelece alíquotas progressivas para esse imposto.

Questão 23

O Estado Alfa instituiu duas contribuições especiais a serem recolhidas pelos seus servidores estatutários (que ingressaram no serviço público após aprovação em concurso público). A primeira se destina ao custeio do sistema de assistência à saúde do funcionalismo público e a segunda se destina ao custeio do regime previdenciário próprio. Sobre a hipótese, é correto afirmar que:

- a) As duas leis são constitucionais, pois as duas contribuições que foram instituídas estão no campo da competência tributária dos Estados.
- b) As duas leis são inconstitucionais, pois compete privativamente à União instituir contribuições especiais.
- c) A segunda lei é inconstitucional, pois o Estado não pode instituir contribuição destinada ao custeio do regime previdenciário próprio.
- d) A primeira lei é inconstitucional, pois o Estado não pode instituir contribuição destinada ao custeio do sistema de assistência à saúde do funcionalismo público.

Questão 24

A Fazenda Pública do Município "M" negou pedido administrativo de reconhecimento de imunidade tributária formulado pela entidade educacional privada sem fins lucrativos "ABC" sobre o fundamento de que ela auferia lucro. A decisão em questão foi motivada pela seguinte circunstância: ao analisar os documentos contábeis da instituição, o agente fiscal competente constatou que ela vem acumulando superávit ao longo dos anos (ou seja, vem obtendo mais receitas do que despesas, o que caracteriza lucro), que é posteriormente investido na própria entidade de ensino. Sobre a hipótese, é correto afirmar que:

- a) O agente fiscal não agiu corretamente, pois a instituição particular de ensino não precisa ser deficitária para que seja reconhecida a sua imunidade, desde que o superávit seja revertido para as suas finalidades.
- b) O agente fiscal agiu corretamente, pois a imunidade tributária alcança somente as instituições públicas de ensino.
- c) O agente fiscal não agiu corretamente e a entidade privada de ensino teria direito à imunidade tributária mesmo que distribuísse lucro.
- d) O agente fiscal agiu corretamente, pois as instituições de ensino que são superavitárias não podem ter direito à imunidade tributária.

Questão 25

A pessoa jurídica "PJ" ajuizou Ação de Repetição de Indébito Fiscal pleiteando a restituição de IRPJ - Imposto de Renda da Pessoa Jurídica indevidamente pago. Requereu, nessa ação, tutela antecipada de urgência, objetivando a compensação dos valores pleiteados (indevidamente pagos), objetos de seu pedido judicial, com débitos que possui junto ao Fisco relativamente ao mesmo imposto, já declarados e definitivamente constituídos. Sobre a hipótese, é correto afirmar que:

- a) O Juiz não poderá conceder a tutela antecipada de urgência.
- b) O Juiz poderá conceder a tutela antecipada de urgência desde que haja elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.
- c) O Juiz deverá conceder a tutela antecipada de urgência desde que haja elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.
- d) O Juiz poderá conceder a tutela antecipada de urgência desde que haja elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo e desde que o autor da ação ofereça um bem como garantia da operação.

Questão 26

A União instituiu, por meio de lei, alíquotas progressivas para o ITR (Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural), com finalidade arrecadatória (progressividade fiscal), baseada no valor venal do imóvel. Sobre a hipótese, é correto afirmar que:

- a) A progressividade fiscal é aplicável ao ITR.
- b) A progressividade extrafiscal não é aplicável ao ITR.
- c) A progressividade do ITR com finalidade somente arrecadatória é constitucional.
- d) O ITR deve ser progressivo somente para desestimular a manutenção de propriedades improdutivas.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Igor Maciel

Questão 27

A Prefeitura Municipal de Solar pretende dar publicidade a um instrumento convocatório com objetivo de comprar materiais de papelaria, quais sejam: papel, impressoras, tintas, grampos, canetas. O valor orçado para aquisição é de R\$ 30.000,00. Nessa situação, o Prefeito consulta seu corpo jurídico. Deve-lhe ser informado corretamente que a compra poderá ser realizada na modalidade de licitação:

- a) Pregão do tipo menor preço.
- b) Concorrência do tipo técnica e preço.
- c) Tomada de preços do tipo menor preço.
- d) Tomada de preços do tipo técnica e preço.

Questão 28

O Estado Alfa constatou, em regular procedimento administrativo, que um grupo de empresas do ramo da construção civil atuava em conjunto, combinando preços e orçamentos, com o fim de frustrar os objetivos dos procedimentos licitatórios instaurados para execução de obras públicas de grande porte. Diante de tal situação, a autoridade pública poderá aplicar sanção prevista na Lei Federal nº 8.666/93 que consiste em:

- a) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 5 (cinco) anos.
- b) multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato.
- c) advertência.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de dois anos.

Questão 29

Augusto, advogado trabalhista, estava atrasado para uma audiência no Fórum de sua cidade. Ao chegar ao local, não encontrou nenhuma vaga livre para estacionar. Não podendo esperar mais, decidiu deixar seu carro estacionado na porta do estacionamento do Fórum, impedindo que os veículos de servidores entrassem e saíssem do local. Diante dessa situação, Augusto foi multado pelo guarda e seu carro foi guinchado. Com base na situação descrita, é correto afirmar com relação aos atos administrativos que:

- a) a Administração Pública somente poderia ter guinchado o carro de Augusto se houvesse expressa autorização legal, pois a autoexecutoriedade dos atos administrativos decorre apenas de expressa e precisa previsão legal.
- b) a Administração Pública tem no caso o poder de guinchar o carro, sem prévia intervenção judicial, dada a urgência da medida, uma vez que o ato administrativo possui o atributo da exigibilidade, segundo o qual o Poder Público pode aplicar meios diretos de execução dos atos administrativos.
- c) a Administração Pública poderá impor a multa e cobrá-la de Augusto, independentemente de sua vontade ou de intervenção judicial, em decorrência dos atributos da imperatividade e da exigibilidade de que se revestem alguns atos administrativos.
- d) caso Augusto queira buscar a anulação da multa, ele deverá provar o descumprimento da lei, em razão da autoexecutoriedade dos atos administrativos, segundo a qual se presume que foram praticados conforme a lei e o ordenamento jurídico.

Questão 30

A União deseja criar uma entidade da Administração Indireta com natureza especial, caracterizada pela ausência de tutela ou de subordinação hierárquica, pela autonomia funcional, decisória, administrativa e financeira, e com a investidura a termo de seus dirigentes e estabilidade dos seus mandatos. Nesse caso, trata-se de:

- a) agência executiva.
- b) agência reguladora.
- c) fundação.
- d) consórcio público.

Questão 31

Fábio se inscreveu no concurso de agente de segurança de um órgão público. Após ser aprovado na prova objetiva, ele foi convocado para o teste físico. Como eram muitos candidatos, os testes foram marcados para dois dias: sábado e domingo, sendo Fábio sorteado para fazer a prova no sábado. Ocorre que ele é membro da Igreja Adventista do Sétimo Dia. Segundo a crença religiosa propugnada por esta congregação, o sábado é “dia de guarda religiosa” de forma que não é recomendável que os membros da Igreja estudem ou trabalhem aos sábados. Diante disso, ele pediu para realizar a prova no domingo, o que foi indeferido pela Administração Pública. O candidato procurou você, na qualidade de advogado, visando impetrar mandado de segurança para que o seu teste físico fosse realizado no domingo em razão da sua crença religiosa. Você informou corretamente que:

- a) não é possível a realização de etapas de concurso público em datas e horários distintos dos previstos em edital, por candidato que invoca escusa de consciência por motivo de crença religiosa, uma vez que o edital representa a lei do certame, ao qual o candidato plenamente submete-se no momento da inscrição no concurso público.
- b) não é possível a realização de etapas de concurso público em datas e horários distintos dos previstos em edital, por candidato que invoca escusa de consciência por motivo de crença religiosa, uma vez que isso viola a razoabilidade da alteração e a preservação da igualdade entre todos os candidatos, além de acarretar ônus desproporcional à Administração Pública.
- c) é incabível mandado de segurança para assegurar o direito, uma vez que não corresponde à direito líquido e certo, além de poder ser amparado por habeas data.
- d) é possível a realização de etapas de concurso público em datas e horários distintos dos previstos em edital, por candidato que invoca escusa de consciência por motivo de crença religiosa, desde que presentes a razoabilidade da alteração, a preservação da igualdade entre todos os candidatos e que não acarrete ônus desproporcional à Administração Pública, que deverá decidir de maneira fundamentada.

Questão 32

Em determinado órgão municipal, foi instaurado PAD para apurar a conduta do servidor Tobias. Genaro, outro servidor do órgão que trabalhava no mesmo setor do investigado, foi convocado para depor na condição de testemunha, tendo assinado termo de compromisso de dizer a verdade. Ocorre que Genaro não apenas confirmou as imputações feitas contra Tobias, como também confessou que participou dos ilícitos em apuração. Ao final do PAD, Tobias e Genaro foram demitidos. Diante dessa situação, Genaro procurou você, na qualidade de advogado, que informou corretamente que:

- a) é plenamente legítimo que, quem depõe na qualidade de testemunha, sem esgrimir previamente qualquer elemento de irresignação, e nessa qualidade narra sua participação no acontecimento, depois de apuradas as lindes de seu atuar, queira dessa inércia se valer para afastar a sua responsabilidade.
- b) implica nulidade do PAD, decorrente da inobservância do direito à não autoincriminação, quando a testemunha, até então não envolvida, noticia elementos que trazem para si responsabilidade pelos episódios em investigação.
- c) não implica nulidade do PAD, decorrente da inobservância do direito à não autoincriminação, quando a testemunha, até então não envolvida, noticia elementos que trazem para si responsabilidade pelos episódios em investigação.
- d) ainda que tenha comparecido espontaneamente para depor, isso não significa que, também voluntariamente, dispensou o uso da faculdade de não incriminar a si próprio, razão pela qual não lhe é lícito invocar, tardiamente, o direito ao silêncio.

DIREITO AMBIENTAL

Roserval Júnior

Questão 33

Após estudos técnicos e consulta pública, o Presidente da República, por intermédio de um decreto, cria uma Área de Proteção Ambiental (APA), unidade de conservação com área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. Neste caso, marque a opção correta:

- a) A Área de Proteção Ambiental pode ser criada por Decreto e pode ser constituída por terras públicas ou privadas.
- b) É obrigatório que o Plano de Manejo da APA contemple a área da unidade de conservação, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos, incluindo medidas com o fim de promover sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas.
- c) Por ser uma unidade de conservação criada pelo Governo Federal, a APA pode ter seus limites reduzidos também por Decreto Federal.
- d) O Governo Federal não pode criar uma APA por decreto. Neste caso, haveria a necessidade de uma lei federal específica.

Questão 34

A utilização de energia nuclear tende a crescer com a construção de novas usinas, principalmente nos países em desenvolvimento, como China e Índia. A maior vantagem ambiental da geração de energia através de usinas nucleares é a não utilização de combustíveis fósseis, evitando o lançamento na atmosfera dos gases responsáveis pelo aumento do aquecimento global. O Governo Federal Brasileiro pretende ampliar a oferta de energia nuclear e para isso apresentou projeto para a construção de um novo reator no Estado do Rio de Janeiro. Sobre o tema, marque a opção correta:

- a) As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas.
- b) A localização da Usina é de competência do Estado que irá sediar o empreendimento.
- c) O licenciamento ambiental da atividade será competência do Município que sediar a usina.
- d) É dispensado o licenciamento ambiental, por ser caso de utilidade pública. Há, no entanto, a necessidade de consulta à população diretamente afetada pelo empreendimento.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

Questão 35

Jon anunciou no Facebook a venda de um carro. Sansa, ao ver o anúncio, entrou em contato com Jon pelo WhatsApp, e este apresentou a proposta da venda do veículo a ela. Sansa decidiu pensar mais um pouco sobre o assunto e consultar seus pais antes de finalizar o negócio. Contudo, no mesmo dia, Jon vendeu o veículo para Arya, que aceitou a proposta imediatamente.

Sobre o caso, é correto afirmar que:

- a) A venda do veículo para Arya é nula, pois a proposta obriga o proponente e Jon não poderia vender o veículo antes da recusa ou aceitação de Sansa.
- b) A venda do veículo é anulável, devendo o negócio entre Arya e Jon ser desfeito.
- c) O negócio entre Jon e Arya é válido, pois Sansa é considerada pessoa ausente e decorreu tempo suficiente para que ela aceitasse a proposta.
- d) A proposta feita por Jon a Sansa deixou de ser obrigatória, pois ela é considerada pessoa presente e não aceitou imediatamente a proposta.

Questão 36

Bruce cresceu sem saber quem era seu pai. Sua mãe faleceu quando ele ainda era criança e desde então morou em lares de acolhimento de menores. Ao completar a maioridade, Bruce investigou até descobrir seu suposto pai e, posteriormente, realizado o exame de DNA, foi confirmada a paternidade. Certo dia, Bruce conversava com seu amigo Clark, que o aconselhou a requerer uma indenização por abandono afetivo, uma vez que todo sofrimento que passou foi causado pelo abandono de seu pai.

Sobre o caso, assinale a alternativa correta

- a) Bruce terá direito à indenização pelo abandono afetivo, desde que haja prova do efetivo prejuízo à sua formação como indivíduo.
- b) Bruce não poderá requerer a indenização por abandono afetivo, uma vez que a paternidade ainda não havia sido reconhecida.
- c) O prazo prescricional para requerer a indenização por abandono afetivo é de quatro anos.
- d) Mesmo que o pai de Bruce tivesse cumprido os deveres de guarda, sustento e educação, ainda caberia a indenização por abandono afetivo, pois o afeto não se confunde com bens materiais.

Questão 37

Jonatas, ao completar quinze anos, iniciou curso superior de Direito na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ao completar dezesseis anos, começou a gravar vídeos para o Youtube, obtendo valores razoáveis com seus vídeos. Com dezoito anos, Jonatas saiu da casa de seus pais e foi morar em outra cidade.

Com base no caso, assinale a alternativa correta.

- a) A incapacidade de Jonatas cessou com quinze anos, ao ingressar no curso de nível superior.
- b) Somente cessaria a incapacidade de Jonatas ao ingressar no curso de nível superior se ele tivesse, no mínimo dezesseis anos.
- c) A incapacidade de Jonatas cessou com dezoito anos.
- d) Jonatas deixou de ser incapaz com dezesseis anos, quando começou a ter renda com seus vídeos.

Questão 38

Joana estava com muitas dívidas e decidiu empenhar algumas joias que recebeu de herança da sua avó, Filomena. Assinale a alternativa correta sobre o penhor, considerando a necessidade de ter ele eficácia contra terceiros:

- a) Por ser um penhor comum, deverá ser registrado no Cartório de Títulos e Documentos.
- b) O penhor não precisa ser registrado, apenas a posse deverá ser transferida para o credor.
- c) A posse das joias deve continuar com Joana, assim como ocorre no penhor rural.
- d) O penhor deve ser registrado no Registro Civil.

Questão 39

José e Luana casaram-se no regime de separação convencional de bens. Alguns anos depois, José faleceu em um acidente, deixando, além de Luana, seus pais, Francisco e Irene. José, que optara pelo regime de bens justamente para não partilhar seu patrimônio, também não teve filhos e possuía vasto patrimônio.

Sobre a sucessão de José, é correto afirmar que

- a) Luana terá direito à metade da herança e a outra metade deverá ser partilhada entre Francisco e Irene.
- b) Luana terá direito a um terço da herança, pois esta deverá ser dividida em três partes iguais, sendo também um terço para Francisco e um terço para Irene.
- c) A herança será partilhada somente entre Francisco e Irene, pois Luana era casada no regime de separação de bens.
- d) Caso Luana concorresse com os colaterais de José, ela nada herdaria.

Questão 40

Pedro, atleta muito conhecido e respeitável, faleceu em um acidente de carro. Após seu falecimento, a Revista Fofoque começou a publicar diversos artigos falando que Pedro tinha envolvimento com o tráfico de drogas. Bernardo, primo muito próximo a Pedro, indignado com as publicações, decidiu exigir que a Revista Fofoque retirasse as publicações do site e publicasse uma retratação, o que foi imediatamente negado. Sobre o caso, é correto afirmar que:

- a) Pedro não tem legitimidade para requerer que as publicações sejam retiradas.
- b) Pedro poderá requerer que cesse a lesão aos direitos de personalidade de Pedro, inclusive requerer perdas e danos.
- c) Somente tem legitimidade para requerer tal pleito o cônjuge sobrevivente e os descendentes.
- d) Trata-se de direito personalíssimo, assim, com a morte de Pedro, não há nada que se possa fazer contra a Revista Fofoque.

Questão 41

Marcos, com dezesseis anos e Luiza, com quinze anos, decidiram se casar, pois Luiza está grávida. Os pais de ambos concordam com o casamento.

Sobre o caso, assinale a alternativa correta.

- a) Se, realizado o casamento, Luiza engravidar novamente, não poderá ser anulado o matrimônio.
- b) Uma vez dada a autorização, os pais de Marcos e Luiza não poderão revogá-la.
- c) O casamento entre Marcos e Luiza poderá ser celebrado, uma vez que Luiza está grávida.
- d) O casamento entre Marcos e Luiza não poderá acontecer, mesmo com a concordância dos pais de ambos, sendo ele nulo.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Ricardo Torques

Questão 42

O casal Ângela e Emanuel, depois de três filhas mulheres, decidiu adotar três filhos homens. Ângela já contava com 45 anos de idade e, por isso, achou mais seguro adotar as crianças. Como amigo da família e advogado, você é convidado para conversar sobre o tema e explicar alguns pontos sobre a adoção.

Com base no Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa correta:

- a) Havendo incompatibilidade de convívio entre as crianças adotadas e os pais, estes poderão peticionar ao juízo requerendo a anulação do ato.
- b) Ângela e Emanuel poderão adotar Fernando, com 22 anos de idade, visto que está sob guarda do casal há muitos anos.
- c) Caso Ângela e Emanuel não possam acompanhar o processo de adoção pessoalmente, poderão outorgar poderes a um terceiro para que o faça.
- d) A adoção não poderá ser deferida a Emanuel caso ele venha a falecer no curso do procedimento, antes de prolatada a sentença.

Questão 43

Eduardo e Camila são irmãos e têm, respectivamente, 15 e 11 anos de idade. Influenciados por amigos, apostaram que conseguiriam furtar celulares em uma grande loja no centro da cidade. Ao perceber que os irmãos estavam se locomovendo com grandes volumes sobre as camisas, os vendedores gritaram e correram para tentar reaver os bens. Logo que saíram da loja, Eduardo e Camila foram abordados por policiais que estavam fazendo ronda pela região.

Com base no caso narrado e nas disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa correta:

- a) Camila praticou ato infracional e poderá ser submetida a medidas de proteção. A Eduardo, por sua vez, poderão ser aplicadas medidas socioeducativas e medidas de proteção.
- b) Eduardo e Camila serão submetidos à identificação compulsória aos chegarem à delegacia de polícia, ainda que apresentem documentos de identidade que não gerem dúvida.
- c) Por terem sido pegos em flagrante, Eduardo e Camila poderão ser privados de liberdade, independentemente de ordem escrita e fundamentada emanada da autoridade judiciária, sendo dispensada a identificação dos responsáveis por sua apreensão.
- d) A autoridade judiciária competente e a família de Eduardo e Camila deverão ser imediatamente comunicadas da apreensão dos filhos, sendo vedada a possibilidade de liberação imediata.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Igor Maciel

Questão 44

Pedro adquiriu numa loja um fogão novo de última geração, para presentear sua mãe, já idosa. Passados dois dias, Pedro entregou o presente para a mãe, que, ao instalar o produto, notou que o forno estava viciado. Pedro, então, dirigiu-se à loja e pediu a imediata restituição do preço, o que foi negado pelo fornecedor sob o fundamento de que o produto poderia ser consertado. Nesse caso, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, é correto afirmar que:

- a) em virtude de o vício ter se manifestado dentro do prazo de sete dias contado da compra, Pedro pode exigir a imediata restituição do preço, ainda que o vício do produto possa ser sanado.
- b) Pedro só terá direito à restituição do preço se o vício do produto não for reparado no prazo legal de trinta dias, que não pode ser aumentado, mas pode ser diminuído por convenção das partes.
- c) Pedro só terá direito à restituição do preço se o vício do produto não for reparado no prazo legal de trinta dias, que pode ser aumentado ou diminuído por convenção das partes.
- d) por se tratar de produto essencial, Pedro pode exigir a imediata restituição do preço, ainda que o vício do produto possa ser sanado.

Questão 45

Osmar, cliente há mais de dez anos do Banco Lucro, teve sua conta corrente encerrada unilateralmente pelo banco. Diante dessa situação, ele procurou você, na qualidade de advogado, a fim de ingressar com uma ação judicial de indenização por danos morais. Você, então, informou corretamente que:

- a) a conduta do banco representa prática abusiva consistente em recusar a venda de bens ou a prestação de serviços, diretamente a quem se disponha a adquiri-los mediante pronto pagamento.
- b) o encerramento do contrato de conta corrente consiste em um direito subjetivo exercitável somente pelo consumidor, desde que regularmente e previamente notificado o banco.
- c) a prática de recusar a venda de bens ou a prestação de serviços, diretamente a quem se disponha a adquiri-los mediante pronto pagamento é inaplicável às instituições financeiras quando do encerramento unilateral de conta bancária, afastando-se a obrigatoriedade de manutenção do contrato de conta-corrente.
- d) o encerramento do contrato de conta corrente consiste em um direito exercitável por qualquer das partes contratantes, sendo prescindível prévia notificação.

DIREITO EMPRESARIAL

Alessandro Sanchez

Questão 46

Cláudia adquiriu uma máquina de lavar para sua nova residência em uma loja de artigos domésticos. A vendedora, sociedade limitada empresária, recebeu um cheque cruzado emitido pela compradora e, se comprometeu, a não o apresentar ao sacado antes de 18 de janeiro de 2020. Em 13 de dezembro de 2019, exatamente uma semana após a compra, Inocência verificou, no extrato de sua conta-corrente bancária, que o cheque em referência havia sido apresentado a pagamento e devolvido por insuficiência de fundos, em decorrência da apresentação antecipada ao sacado.

Sobre a apresentação de cheque pós-datado antes da data indicada como sendo a de emissão, com base na jurisprudência pacificada, assinale a afirmativa correta.

- a) Caracteriza dano moral.
- b) Não pode ensejar qualquer indenização ao emitente.
- c) Pode ensejar apenas dano material.
- d) Pode ensejar indenização apenas se o cheque não estiver cruzado.

Questão 47

Sete Primos Comércio de Artigos Religiosos Ltda. subscreveu nota promissória em favor do Banco Freire S.A. com vencimento a dia certo. Após o vencimento, foi aceita uma proposta de moratória feita pelo devedor por 120 (cento e vinte) dias, sem alteração da data de vencimento indicada no título. O beneficiário exigiu dois avalistas simultâneos, e o devedor apresentou Carlos e Estefania, que firmaram avais em preto no título.

Sobre esses avais e a responsabilidade dos avalistas simultâneos, assinale a afirmativa correta.

- a) Por ser vedado, no direito brasileiro, o aval póstumo, os avais simultâneos são considerados não escritos, inexistindo responsabilidade cambial dos avalistas.
- b) O aval lançado na nota promissória após o vencimento ou o protesto tem efeito de fiança, respondendo os avalistas subsidiariamente perante o portador.
- c) O aval póstumo produz os mesmos efeitos do anteriormente dado, respondendo os avalistas solidariamente e autonomamente perante o portador.
- d) O aval póstumo é nulo, mas sua nulidade não se estende à obrigação firmada pelo subscritor (avalizado), em razão do princípio da autonomia.

Questão 48

Para realizar o pagamento de uma dívida contraída pelo sócio Armando Cristiano em favor da sociedade ABC Ltda., o primeiro emitiu uma nota promissória à vista, com cláusula à ordem no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Um cliente apresenta a você um cheque nominal à ordem com as assinaturas do emitente no anverso e do endossante no verso. No verso da cártula, também consta uma terceira assinatura, identificada apenas como aval pelo signatário.

Com base nessas informações, assinale a afirmativa correta.

- a) O aval dado no título foi irregular, pois, para a sua validade, deveria ter sido lançado no anverso.
- b) A falta de indicação do avalizado permite concluir que ele pode ser qualquer dos signatários (emitente ou endossante).
- c) O aval dado no título foi na modalidade em branco, sendo avalizado o emitente.
- d) O aval somente é cabível no cheque não à ordem, sendo considerado não escrito se a emissão for à ordem.

Questão 49

Álvaro emitiu quatro cheques em 26 de março de 2017, mas esqueceu de depositar um deles. Tendo um débito a honrar com Pablo e sendo beneficiário desse quarto cheque, Álvaro o endossou em preto, datando no verso “dia 20 de maio de 2017”. Sabe-se que o lugar de emissão do quarto cheque é o mesmo do de pagamento.

Sobre esse endosso, assinale a afirmativa correta.

- a) O endosso produz seus efeitos legais porque a transmissão do cheque se deu dentro do prazo de apresentação.
- b) No endosso em preto, o endossatário fica dispensado da apresentação em tempo hábil do cheque ao sacado.
- c) O endosso do cheque tem efeito de cessão de crédito por ter sido realizado após o decurso do prazo de apresentação.
- d) Álvaro ficou exonerado de responsabilidade pelo pagamento do cheque em razão do caráter póstumo do endosso.

Questão 50

Luísa, empresária individual, utilizou duplicata para a cobrança do preço referente à venda de laticínios do Serro que realizou em favor de Ana. Consta no verso do título a assinatura de Brás Pires, na condição de avalista e sem indicação do avalizado. Após a prestação do aval, houve lançamento de endosso-mandato em favor do Banco Amigos S/A.

Sobre o aval e as informações do enunciado, de acordo com a disposição da Lei de Duplicatas, o(s) avalizado(s) será(ão)

- a) Luísa e Ana.
- b) Banco Amigos S/A.
- c) Ana.
- d) Luísa.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

Questão 51

O juiz Pedro Paulo verificou que tanto a parte autora quanto a parte ré apresentavam irregularidade de representação. Desse modo, suspendeu o prazo e designou prazo para o saneamento do vício.

Assinale a alternativa correta quanto ao tema:

- a) O prazo designado pelo magistrado será de 15 (quinze) dias, prorrogável por igual período.
- b) Caso a parte ré não cumpra a determinação de regularização, será decretada a sua revelia e o os pedidos formulados pela parte autora serão procedentes.
- c) A suspensão para regularização da representação poderá ocorrer na instância originária ou em fase recursal.
- d) Caso a parte autora não cumpra a determinação do magistrado, o processo será extinto sem resolução do mérito ficando a parte impossibilitada de intentar novamente a ação.

Questão 52

Pablo é advogado e está atuando em causa própria em face de Marcela. Ao término do processo, a sentença foi totalmente procedente para o autor. Em relação aos honorários advocatícios de Pablo, pode-se afirmar:

- a) Não serão devidos honorários a Pablo por estar atuando em causa própria.
- b) Se a sentença for omissa quanto aos honorários advocatícios, Pablo poderá promover ação autônoma para sua definição e cobrança, ainda que tenha ocorrido o trânsito em julgado da sentença.
- c) Os honorários advocatícios têm natureza alimentar, gozando dos mesmos privilégios dos créditos trabalhistas, sendo permitida a compensação em caso de sucumbência parcial.
- d) Nos casos de perda do objeto, não são devidos honorários advocatícios.

Questão 53

Ana Júlia e Pedro, melhores amigos durante a faculdade, decidem montar um escritório de advocacia juntos. Para evitar discordância quanto à condução dos processos, decidem, inclusive, que irão peticionar juntos.

Após atender uma cliente, Pedro e Ana Júlia percebem que não têm todas as informações necessárias para a qualificação da parte e temem que, por isso, a petição seja indeferida.

Com base no Código de Processo Civil, pode-se afirmar que:

- a) São elementos obrigatórios da petição inicial: o endereçamento, a qualificação das partes, o fato e os fundamentos jurídicos do pedido, o pedido com suas especificações, o valor da causa, as provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados, a opção do autor pela realização ou não da audiência de conciliação ou de mediação, assim como o pedido de citação do réu e procedência dos pedidos.
- b) Pedro e Ana Júlia não poderão requerer ao juiz diligências para obtenção de informações sobre a qualificação das partes, visto tratar-se de responsabilidade exclusiva dos advogados.
- c) Sendo possível a citação do réu, a petição inicial não será indeferida ainda que ausentes algumas informações, a exemplo do estado civil, profissão ou endereço eletrônico das partes.
- d) Ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos estabelecidos pelo Código de Processo Civil, o juiz determinará que o autor, no prazo de 10 (dez) dias, emende ou complete a peça processual e, para tal, indicará com precisão o que deve ser corrigido ou completado.

Questão 54

Orestes está sendo cobrado judicialmente por uma dívida já paga. Embora tenha entrado em contato com a operadora de celular, não obteve sucesso ao explicar o descabimento da ação e, por isso, decide que, além de defender-se, pleiteará indenização por danos morais em razão de todo o desgaste ocasionado pela prestadora de serviço.

Com base no caso hipotético, assinale a alternativa correta:

- a) Orestes não poderá pleitear a indenização por danos morais no mesmo processo em que está sendo cobrado, cabendo-lhe, posteriormente, ajuizar ação autônoma.
- b) O réu não poderá defender-se e pleitear a indenização por danos morais na mesma peça processual, devendo fazê-lo em peças distintas.
- c) Para que possa pleitear a indenização, Orestes deverá demonstrar que estes são conexos com a ação principal e, neste caso, a operadora de telefonia será intimada para apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias.
- d) Havendo desistência da ação principal, qual seja a cobrança de valores, não haverá prosseguimento do processo quanto ao pedido formulado por Orestes.

Questão 55

Sara, buscando coagir legalmente a executada Carol, leva a protesto a decisão judicial. Sobre o tema, pode-se afirmar:

- a) Para que Sara leve a decisão judicial a protesto é necessário que já tenha transitado em julgado e apresente a certidão de teor da decisão.
- b) A certidão de teor da decisão deverá ser fornecida no prazo de 10 (dez) dias e deverá indicar o nome e a qualificação de Sara e Carol, o número do processo, o valor da dívida e a data de decurso do prazo para pagamento voluntário.
- c) Para que Sara leve a decisão judicial a protesto não é necessário aguardar o transcurso do prazo para pagamento voluntário.
- d) A requerimento de Carol, o protesto será cancelado por determinação do juiz, desde que comprovada a satisfação integral ou parcial da obrigação.

Questão 56

Carol deixou transcorrer o prazo de 15 (quinze) dias e não efetuou o pagamento voluntário do débito. Logo em seguida, apresentou sua impugnação ao cumprimento de sentença. Sobre o tema, pode-se afirmar:

- a) A impugnação deverá ser apresentada no prazo de 15 dias, contados após o prazo para pagamento voluntário, independentemente de penhora ou nova intimação e em autos apartados.
- b) Carol não poderá alegar a ilegitimidade da parte na impugnação.
- c) Caso alegue excesso de execução, Carol deverá apresentar demonstrativo discriminado e atualizado do valor que entende correto.
- d) A impugnação apresentada por Carol é dotada de efeito suspensivo *ope legis*.

Questão 57

Durante a fase de conhecimento, o juiz proferiu decisão interlocutória que versava sobre o mérito do processo. A decisão foi desfavorável aos interesses de Arthur e, por essa razão, ele decidiu recorrer da decisão.

Com base na situação narrada, assinale a alternativa correta:

- a) Arthur deverá apelar da decisão proferida pelo magistrado.
- b) Arthur deverá apresentar um agravo de instrumento contra a decisão, dirigindo-o diretamente ao tribunal competente.
- c) O recurso apresentado por Arthur dispensa o pagamento de preparo.
- d) Havendo vício que comprometa a admissibilidade do recurso interposto por Arthur, o relator não admitirá o recurso.

DIREITO PENAL

Cristiano Rodrigues

Questão 58

Carlos, que já possuía condenação definitiva por outro crime doloso anterior, ao avançar sinal de trânsito, atropela e mata 3 pessoas praticando dois crimes de homicídio culposo na condução de veículo automotor. Você é chamado (a) para advogar no caso e poderá esclarecer ao réu e sua família, em relação aos critérios para substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos adotados pelo CP, que:

- a) A substituição não poderá ocorrer se o réu for reincidente em crime doloso.
- b) Somente fará jus à substituição o réu que for condenado a pena privativa de liberdade não superior a 4 (quatro) anos.
- c) Em caso de descumprimento injustificado da pena restritiva de direitos, esta será convertida em privativa de liberdade, reiniciando-se o cumprimento da integralidade da pena fixada em sentença condenatória definitiva.
- d) Se for superior a um ano, a pena privativa de liberdade pode ser substituída por uma pena restritiva de direitos e multa ou ainda por duas restritivas de direitos.

Questão 59

Pedro decide praticar um roubo em uma agência bancária da cidade vizinha a que mora. Sabendo da intenção de Pedro e devido a sua conhecida perícia como motorista, Fabio se oferece para integrar a realização do crime, e após acertarem os detalhes, leva Pedro ao local em que ocorre o crime, garantindo também sua fuga. A esse respeito, é correto afirmar que Fabio pode ser considerado:

- a) coautor do delito, respondendo por crime de favorecimento real
- b) partícipe do delito, respondendo pelo mesmo crime de roubo
- c) partícipe do delito, respondendo por favorecimento real.
- d) coautor do delito, respondendo pelo mesmo crime de roubo.

Questão 60

Paula convenceu sua mãe adotiva, Maria, de 50 anos de idade, a lhe outorgar um instrumento de mandato para movimentar sua conta bancária, ao argumento de que poderia ajudá-la a efetuar pagamento de contas, pequenos saques, pegar talões de cheques etc., evitando assim que a mesma tivesse que se deslocar para o banco no dia a dia. De posse da referida procuração, Paula compareceu à agência bancária onde Maria possuía conta e sacou todo o valor que a mesma possuía em aplicações financeiras, no total de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), apropriando-se do dinheiro antes pertencente a sua mãe. Considerando tal narrativa, assinale a alternativa correta.

- a) Paula praticou crime de estelionato em detrimento de Maria e, pelo fato de ser sua filha adotiva, é isenta de pena.
- b) Paula praticou crime de furto mediante fraude em detrimento de Maria e, pelo fato de ser sua filha adotiva, é isenta de pena.
- c) Paula praticou crime de estelionato em detrimento de Maria e, apesar de ser sua filha adotiva, não é isenta de pena.
- d) Paula praticou crime de furto mediante fraude em detrimento de Maria e, apesar de ser sua filha adotiva, não é isenta de pena.

Questão 61

Flavio, desejando lesionar Pedro, contra ele desferiu violento soco no rosto. Socorrido por terceiros, Pedro é transportado às pressas ao hospital, onde vem a falecer no mesmo dia, em razão de uma parada cardíaca sofrida durante a cirurgia de reparação da fratura óssea causada na face. Chamado (a) pela família da vítima, para explicar as consequências destes fatos para o autor, você deverá esclarecer que Flavio responderá por:

- a) homicídio doloso consumado
- b) lesão corporal seguida de morte
- c) homicídio culposo
- d) lesão corporal grave

Questão 62

Peter, turista holandês que veio ao Brasil passar as férias, ao passear na cidade do Rio de Janeiro estacionou sua bicicleta na lagoa Rodrigo de Freitas e passou a fumar um cigarro de maconha acreditando ser a conduta lícita, como no seu país. Nesta hipótese, segundo a doutrina penal, a melhor tese defensiva a seu usada em favor de Peter:

- a) erro de tipo permissivo
- b) erro de proibição
- c) erro de tipo sobre a elementar do tipo penal
- d) erro de Tipo incriminador

Questão 63

Ricardo, indignado com a recusa de Flavia em aceitar seu amor, comparece a uma delegacia e, perante a autoridade policial, declara, mentirosamente, que sua colega de trabalho, casada, honesta, cometeu adultério consigo, durante recente viagem conjunta de serviço. Qual crime cometeu Ricardo?

- a) calúnia (Art.138 CP)
- b) injúria. (Art.140 CP)
- c) difamação. (Art.139 CP)
- d) denúncia caluniosa. (Art.339 CP)

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Ivan Marques

Questão 64

A respeito da competência processual penal, aponte a alternativa CORRETA:

- a) A competência será, de regra, determinada pelo lugar em que se consumar a infração, ou, no caso de tentativa, pelo lugar em que for praticado o último ato de execução.
- b) Se, iniciada a execução no território nacional, a infração se consumar fora dele, a competência será do País estrangeiro, ficando o Brasil sem poder exercer a jurisdição no caso concreto.
- c) Quando o último ato de execução for praticado fora do território nacional, será competente o juiz do País estrangeiro, ficando o Brasil sem poder exercer a jurisdição no caso concreto.
- d) Quando incerto o limite territorial entre duas ou mais jurisdições, ou quando incerta a jurisdição por ter sido a infração consumada ou tentada nas divisas de duas ou mais jurisdições, vale a competência do País estrangeiro por Convenção Internacional.

Questão 65

O Ministério Público requereu o arquivamento do inquérito policial por falta de provas a respeito de um crime de estupro coletivo de vulnerável. O requerimento ministerial foi aceito pelo juiz que determinou o arquivamento do inquérito com base no fundamento apresentado. Um ano após o arquivamento, o delegado de polícia, inconformado com o arquivamento, decide desarquivar o inquérito para ver se descobria alguma prova nova. Considerando a situação narrada, aponte a alternativa CORRETA:

- a) Agiu corretamente o delegado, pois enquanto não estiver prescrito o estupro, será possível desarquivar o inquérito para investigar novas provas.
- b) Agiu erroneamente o delegado, pois sem novas provas, não há fundamentação idônea para desarquivar o inquérito.
- c) Agiu erroneamente o delegado, pois nem mesmo com novas provas o inquérito poderá ser desarquivado.
- d) Agiu corretamente o delegado, pois crimes contra a dignidade sexual possuem tratamento diverso na lei a respeito do desarquivamento do inquérito policial.

Questão 66

Romualdo furtou uma melancia no dia de seu aniversário de 18 anos, pois estava com muita fome e não tinha dinheiro para comprar a fruta. Naquela tarde, havia sido forçado a beber até ficar completamente embriagado. Na época, o dono da papelaria o fez assinar uma confissão, mas não levou o caso até a polícia, ficando esquecido por 20 anos. Após completar 38 anos, Romualdo recebe a visita inesperada de um oficial de justiça, com um mandado de citação a respeito da imputação do furto da melancia. Diante dessa desagradável surpresa, você, como advogado contratado, em resposta à acusação, poderá alegar em defesa de Romualdo as seguintes teses, exceto:

- a) Atipicidade material pela insignificância.
- b) Prescrição da pretensão punitiva.
- c) Inimputabilidade por doença mental.
- d) Estado de necessidade por furto famélico.

Questão 67

A vítima de uma tentativa de feminicídio foi até o gabinete do promotor de justiça da comarca e mostrou a ele um vídeo de dentro de sua casa em que seu marido gritava que iria matá-la e efetuou diversos disparos de arma de fogo. Diante das provas cabais, o representante do Ministério Público informou para a vítima que não iria requisitar a instauração de inquérito policial, pois já tinha em mãos prova da materialidade e da autoria. Vinte dias depois sem que a denúncia tivesse sido oferecida, a vítima o procura em seu escritório de advocacia narrando os fatos e pedindo auxílio jurídico, diante da inércia do promotor de justiça. A respeito dessa situação, a informação correta a ser dada pelo advogado contratado pela vítima será:

- a) por ser um crime de competência do tribunal do júri, somente o Ministério Público pode dar início à ação penal com o oferecimento da denúncia, mesmo fora do prazo.
- b) Caberá queixa-crime subsidiária dessa ação penal pública pela perda do prazo do promotor de justiça para oferecer a denúncia.
- c) A ação penal privada subsidiária da pública poderá ser oferecida dentro do prazo prescricional.
- d) Caso o advogado não ofereça a queixa no prazo legal de 6 meses, contados do final do prazo que o MP tinha para oferecer a denúncia, ocorrerá a extinção da punibilidade do acusado pela decadência.

Questão 68

A respeito do interrogatório, na audiência de instrução e julgamento, assinale a alternativa CORRETA.

- a) O interrogatório do réu será o último ato, apenas quando ele estiver preso.
- b) O interrogatório do réu será o último ato, exceto se previsto de forma contrária em outros ritos especiais.
- c) O interrogatório do réu será sempre o último ato da instrução.
- d) O interrogatório do réu será o primeiro ato da audiência de instrução e julgamento.

Questão 69

Biro-biro, maconheiro famoso do bairro, estava na sacada do seu apartamento, observando as estrelas, após ter fumado um cigarro de maconha. De repente, foi surpreendido pela invasão de seu domicílio pelo vizinho do apartamento de cima que lhe deu voz de prisão, por não aguentar mais o forte odor. Chegando no Distrito Policial do Bairro, o delegado formaliza o auto de prisão em flagrante, mesmo ciente de que o art. 28 da Lei de Drogas é uma infração de menor potencial ofensivo, por entender que o drogado não teria condições de assumir o compromisso de comparecer ao Juizado Especial Criminal. Acerca dos fatos narrados, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Biro-biro não praticou crime.
- b) agiu certo o vizinho pois o flagrante permite a invasão do domicílio.
- c) agiu certo o vizinho ao dar voz de prisão em flagrante com base no cheiro da droga já consumida.
- d) agiu certo o delegado ao lavrar o auto de prisão em flagrante de infração de menor potencial ofensivo sem perguntar se o preso assumiria o compromisso de comparecer ao Juizado.

DIREITO DO TRABALHO

Priscila Ferreira

Questão 70

A empresa Marco Inicial Engenharia Ltda. foi vendida em agosto de 2017. Por ocasião da venda, a empresa estava em situação financeira difícil e, há mais de um ano, não recolhia o FGTS dos empregados, estando também atrasado o pagamento do 13º salário de 2016. Havia, ainda, muitas horas extras sem pagamento e sem a devida compensação. Os novos proprietários que assumiram a direção da empresa não quitaram os direitos anteriores dos trabalhadores e, pior, passaram a atrasar o pagamento dos salários, sendo que desde janeiro de 2018 deixaram de quitar os salários. Alguns trabalhadores resolveram ingressar em juízo pleiteando a rescisão indireta dos contratos de trabalho, cobrando os direitos não quitados e, buscando informações sobre os novos proprietários e sobre a venda da empresa, verificaram que estes não têm qualquer patrimônio pessoal, o que os levou a suspeitar de fraude na transferência da empresa.

A responsabilidade pelos direitos trabalhistas, nesse caso, é dos

- a) antigos proprietários, que, na condição de empregadores originais, poderão cobrar dos novos proprietários as obrigações contraídas após a sucessão da empresa.
- b) novos proprietários, mas de forma parcial, pois, na condição de sucessores, respondem pelas obrigações trabalhistas contraídas após a aquisição da empresa, sendo que os direitos anteriores à venda são de responsabilidade dos sucedidos.
- c) antigos proprietários, pois, havendo fraude na transferência da empresa, não há que se falar em sucessão.
- d) novos proprietários, na condição de sucessores, sendo que os antigos proprietários, sucedidos, têm responsabilidade solidária com os sucessores se ficar comprovada fraude na transferência.

Questão 71

Gláucia e Fernanda trabalham para o mesmo empregador e são muito amigas. Gláucia engravida e após o nascimento de seu filho, Fernanda decide adotar uma criança de seis meses de idade.

Considerando o caso narrado e a legislação vigente,

- a) ambas terão direito tanto à estabilidade provisória no emprego desde a confirmação da gravidez e da adoção até cinco meses após o parto, como à licença-maternidade.
- b) Gláucia terá garantia no emprego desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto além da licença-maternidade, sendo que Fernanda fará jus tão somente à licença-maternidade.
- c) somente Gláucia terá direito à estabilidade provisória no emprego desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto e à licença-maternidade, uma vez que a lei não confere tais direito à mãe adotante.
- d) ambas sairão em licença-maternidade, mas Fernanda, por ser mãe adotante, terá somente 60 dias de afastamento.

Questão 72

Vanderlei depois de um longo período lecionando foi acometido por doença incurável, ocasionando a sua aposentadoria por invalidez.

Diante do exposto, a aposentadoria por invalidez acarretará a

- a) extinção do contrato de trabalho e possibilita a liberação dos depósitos do fundo de garantia do tempo de serviço.
- b) suspensão do contrato de trabalho e não possibilita a liberação dos depósitos do fundo de garantia do tempo de serviço.
- c) interrupção do contrato de trabalho nos primeiros 15 (quinze) dias e possibilita a liberação dos depósitos do fundo de garantia do tempo de serviço.
- d) suspensão do contrato de trabalho e possibilita a liberação dos depósitos do fundo de garantia do tempo de serviço.

Questão 73

Joaquim dos Reis foi contratado em 10/03/2019 pela empresa “XPTO” Festas e Eventos Ltda., na modalidade de trabalho intermitente. Por se tratar de forma nova de contratação, Joaquim tem dúvidas em relação às consequências caso recuse a oferta de trabalho pelo empregador.

Considerando o que prevê a Lei no 13.467/2017, a

- a) recusa da oferta não descaracteriza a subordinação para fins do contrato de trabalho intermitente.
- b) possibilidade de recusa da oferta demonstra inexistir subordinação em tal modalidade de contrato, razão pela qual Joaquim não é considerado empregado, mas sim mero trabalhador intermitente.
- c) recusa da oferta de trabalho não é permitida pelo legislador, restando descaracterizado o contrato de trabalho intermitente caso isso ocorra.
- d) recusa da oferta representa modalidade de justa causa específica para o contrato de trabalho intermitente.

Questão 74

Quanto às disposições de proteção do trabalho do menor contidas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), analise os itens a seguir.

- I. Considera-se menor para os efeitos da CLT o trabalhador de 14 (quatorze) até 18 (dezoito) anos.
 - II. Ao menor de 18 (dezoito) anos é vedado o trabalho noturno, considerado este o que for executado no período compreendido entre as 22 (vinte e duas) e as 5 (cinco) horas.
 - III. Dos 14 (quatorze) aos 16 (dezesesseis) anos somente é permitido o trabalho ao menor na condição de aprendiz.
 - IV. Ao menor não será permitido o trabalho nos locais e serviços perigosos ou insalubres. Assinale a alternativa CORRETA.
- a) Apenas os itens I e II estão corretos.
 - b) Apenas os itens II e III estão corretos.
 - c) Apenas os itens III e IV estão corretos.
 - d) Todos os itens estão corretos.

Questão 75

Cássia Maria, empregada da empresa “X”, marcou consulta médica com o Dr. Paulo Sousa, médico do trabalho contratado pela referida empregadora. Na referida consulta, Cássia mencionou estar com muita fadiga em razão de possuir apenas 15 minutos de intervalo intrajornada.

Neste caso, do ponto de vista legal, consubstanciado na Consolidação das Leis do Trabalho, considerando que Cássia trabalha cinco horas diárias, a empresa X

- a) não respeita as normas relativas aos períodos de descanso, uma vez que é obrigatória a concessão de intervalo intrajornada, no mínimo, de 1 hora e, salvo acordo escrito ou convenção coletiva em contrário, de, no máximo, 2 horas, quando a duração do trabalho ultrapassar 4 horas diárias.
- b) não respeita as normas relativas aos períodos de descanso, uma vez que é obrigatória a concessão de intervalo intrajornada de 30 minutos quando a duração do trabalho ultrapassar 4 horas, mas não exceder 6 horas diárias.
- c) respeita as normas relativas aos períodos de descanso, uma vez que não é obrigatória a concessão de intervalo intrajornada quando a duração do trabalho não ultrapassar 5 horas diárias.
- d) respeita as normas relativas aos períodos de descanso, uma vez que é obrigatória a concessão de intervalo intrajornada de 15 minutos quando a duração do trabalho ultrapassar 4 horas, mas não exceder 6 horas diárias.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Priscila Ferreira

Questão 76

Sobre a validade do processo de jurisdição voluntária, para homologação de acordo extrajudicial na Justiça do Trabalho, analise as afirmativas a seguir.

- I. As partes poderão ser representadas por advogado comum, facultando-se ao trabalhador ser assistido pelo advogado do sindicato de sua categoria.
- II. No prazo de quinze dias, a contar da distribuição da petição, o juiz analisará o acordo, designará audiência se entender necessário e proferirá sentença.
- III. A petição de homologação de acordo extrajudicial suspende o prazo prescricional da ação quanto aos direitos nela especificados.
- IV. O prazo prescricional voltará a fluir no dia útil seguinte ao da distribuição da decisão que negar a homologação do acordo.

Estão CORRETAS apenas as afirmativas:

- a) I e III.
- b) I e IV.
- c) II e IV
- d) II e III.

Questão 77

Robson, advogado, pretende ingressar com reclamação trabalhista em causa própria contra sua empregadora a Construtora MG Ltda., pleiteando horas extras e danos morais que entende devidos.

No tocante aos honorários advocatícios,

- a) no caso de sucesso da demanda, serão devidos honorários de sucumbência a Robson, fixados entre o mínimo de 5% e o máximo de 15% sobre o valor que resultar a liquidação da sentença.
- b) mesmo que seja julgada totalmente procedente a demanda, não serão devidos honorários de sucumbência a Robson, uma vez que está atuando em causa própria, já sendo beneficiário da condenação.
- c) somente no caso de procedência total da demanda, fará jus Robson a honorários de sucumbência.
- d) no caso de sucesso da demanda, serão devidos honorários de sucumbência a Robson, fixados entre o mínimo de 10% e o máximo de 20% sobre o valor que resultar a liquidação da sentença.

Questão 78

Galileu é operário inscrito e atua como trabalhador avulso no Porto de Santos. Há alguns meses ele não tem concordado com os repasses que estão sendo efetuados pelos trabalhos realizados, entendendo ser credor de diferenças.

Consultou um Advogado para ajuizar ação em face do Órgão Gestor de Mão de Obra e o operador portuário, demanda esta, que deverá ser proposta perante a

- a) Justiça Comum Estadual, porque o trabalhador avulso é considerado autônomo sem vínculo de emprego com o órgão de mão de obra.
- b) Justiça do Trabalho, ainda que o pedido seja somente de diferenças de repasses.
- c) Justiça do Trabalho, desde que formule pedido principal de reconhecimento de vínculo de emprego e, acessoriamente de diferenças de repasses.
- d) Justiça Comum Estadual ou Justiça do Trabalho, visto que se tratando de matéria de relação de trabalho em sentido amplo, cabe ao trabalhador a opção.

Questão 79

Dondinha, responsável pelo Departamento de Recursos Humanos da Barcos Branco Ltda., foi testemunha da empresa reclamada em reclamação trabalhista movida pelo ex-empregado Pedro, tendo prestado compromisso de dizer a verdade. Durante a instrução, ela intencionalmente alterou a verdade dos fatos, alegando que Pedro nunca prestou horas extras. O Juiz, na sentença, condenou a empresa ao pagamento de horas extras prestadas, conforme jornada de trabalho narrada na inicial, tendo em vista o depoimento das testemunhas do Autor, bem como condenou Dondinha por litigância de má-fé no importe de 10% do valor corrigido da causa, a favor do reclamante.

Nesse caso hipotético,

- a) é possível a condenação de Dondinha, uma vez que a pena de litigância de má-fé também é prevista à testemunha que intencionalmente alterar a verdade dos fatos, entretanto, o valor máximo é de 1% do valor corrigido da causa, a favor do reclamante.
- b) não é possível a condenação de Dondinha por litigância de má-fé, uma vez que tal cominação apenas é prevista para o reclamante, reclamado ou interveniente.
- c) é possível a condenação de Dondinha, uma vez que a pena de litigância de má-fé também é prevista à testemunha que intencionalmente alterar a verdade dos fatos.
- d) não é possível a condenação de Dondinha, sendo obrigatória a acareação de testemunhas na audiência para a penalização por litigância de má-fé, comprovando que houve intenção em alterar a verdade dos fatos.

Questão 80

O empregado de uma empresa de serviços gerais e conservação que prestava serviços para uma autarquia ajuizou reclamação trabalhista em desfavor desta e de sua empregadora, pleiteando o pagamento de horas extras e dando à causa o valor equivalente a trinta e nove salários mínimos.

Considerando-se a legislação pertinente e o rito processual trabalhista, é correto afirmar que, nessa situação hipotética,

- a) a demanda deverá, necessariamente, atender ao procedimento ordinário.
- b) cada uma das partes poderá requerer a oitiva de até seis testemunhas.
- c) em razão da obrigatoriedade de recurso no caso de a autarquia ser vencida na demanda, o magistrado não poderá tentar a conciliação.
- d) a demanda deverá, necessariamente, atender ao procedimento sumaríssimo.

Conheça nossos cursos:

[Curso para a 1ª fase:](#)

<http://bit.ly/Cursos-para-a-1ª-fase>

Conheça nosso Sistema de Questões!

[ASSINE: Estratégia Questões:](#)

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>



Estratégia

OAB